opusdei.org

Evangelização, proselitismo e ecumenismo

Neste artigo publicado em uma revista especializada em temas teológicos, Mons. Ocáriz explica que o proselitismo pertence à missão evangelizadora da Igreja. Para muitas pessoas a palavra tem uma conotação negativa, por isso é preciso compreender o significado desta atividade, que exclui qualquer forma de violência.

29/11/2018

1. INTRODUÇÃO
2. NECESSIDADE DE UMA CLARIFICAÇÃO
3. O USO DO TERMO “PROSELITISMO”
    - *O proselitismo na Sagrada Escritura*
    - *O proselitismo na época patrística*
    - *O reaparecimento do termo e seu significado nas línguas modernas*
    - *Conclusão terminológica*
4. *PROSELITISMO E ECUMENISMO*
    - *Igreja católica e Igrejas não católicas*
    - *Ecumenismo e proselitismo: conclusão*

1. INTRODUÇÃO

A vida de Jesus, redentora em todos os instantes e dimensões, pode se resumir naquelas palavras de São Paulo: “em Cristo, Deus reconciliou o mundo consigo” (2 Cor 5,19), que santo Agostinho comentou com a famosa expressão: *mundus reconciliatus, Ecclesia[1]:* Cristo, reconciliando o mundo com Deus, edifica a sua Igreja. Esta extensão universal da Redenção – contemplada por outros Padres na Cruz cósmica, que abarca o universo[2] vai se realizando na Igreja. A Igreja é o próprio mundo reconciliado com Deus em Cristo e, ao mesmo tempo, é a continuação da presença reconciliadora, salvífica, do Senhor: “A Igreja é nem mais nem menos Cristo presente entre nós, Deus que vem até à humanidade para salvá-la, chamando-nos com a sua Revelação, santificando-nos com a sua graça, sustentando-nos com a sua ajuda constante, nos pequenos e

nos grandes combates da vida diária”[3].

Por isso a missão da Igreja pode, por sua vez, ser resumida em transformar o mundo em si mesma; ou seja, em ir incorporando a humanidade ao Corpo de Cristo que é ela mesma. Esta missão pode ser expressa também com o termo *evangelização* – que encerra uma grande riqueza de conteúdo, ao qual “nenhuma definição parcial e fragmentária, porém, chegará a dar a razão”[4], entendido em seu sentido mais amplo, como *traditio Evangelii*, transmissão do Evangelho enquanto “força salvadora de Deus para todo aquele que crê” (Rom 1,16); palavra que anuncia e dá a vida eterna (cfr. Jo 6,68), na pregação e nos sacramentos. Missão apostólica que o Senhor enunciou assim: “Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações, e batizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt

28,19). Por isso, “o novo povo de Deus, a Igreja, é um povo que provém de todos os povos. A Igreja desde o início é católica, esta é a sua essência mais profunda.”[5] Catolicidade e universalidade da evangelização são inseparáveis.

Como o Senhor – que pregou a todos a conversão desde o início de sua vida pública (cfr. Mc 1,15) – a Igreja sempre entendeu sua missão de transmitir o Evangelho *ad gentes* como dirigida à conversão dos homens. No entanto, é bem sabido que, por desgraça, este impulso missionário sofreu nos últimos tempos um esfriamento em não poucos ambientes católicos. De fato, João Paulo II advertiu que a chamada à conversão “é posta em discussão ou facilmente deixada no silêncio. Vê-se nela um ato de «proselitismo»; diz-se que basta ajudar os homens a tornarem-se mais homens ou mais fiéis à própria religião, que basta

construir comunidades capazes de trabalharem pela justiça, pela liberdade, pela paz, e pela solidariedade”[6]. A atividade de transmitir o Evangelho, incorporando os homens a Cristo na Igreja, pode designar-se – e assim se fez com alguma frequência– com o termo *proselitismo.* Mas – como apontava João Paulo II, no texto citado – em alguns ambientes, esta palavra foi adquirindo uma conotação negativa.

De fato, não é difícil que, com motivações de fundo diversas, pretenda-se obstaculizar a missão evangelizadora da Igreja com a acusação de *proselitismo*, entendendo este termo em um sentido negativo, como o uso de métodos imorais (violência física ou moral, engano) para captar seguidores. Na realidade, o Magistério da Igreja sempre reprovou a violência e o engano.

Assim, no contexto da liberdade religiosa, o Concílio Vaticano II recordou com especial força: “os grupos religiosos têm ainda o direito de não serem impedidos de ensinar e testemunhar publicamente, por palavra e por escrito a sua fé. Porém, na difusão da fé religiosa e na introdução de novas práticas, deve sempre evitar-se todo o modo de agir que tenha visos de coação, persuasão desonesta ou simplesmente menos leal, sobretudo quando se trata de gente rude ou sem recursos”[7]. E, neste mesmo sentido, João Paulo II afirmava: “A nova evangelização não tem nada em comum com o que várias publicações insinuaram falando de *restauração*, ou mesmo avançando a acusação de *proselitismo*, ou fazendo apelo aos conceitos de *pluralismo* e de *tolerância*, entendidos unilateral e tendenciosamente. Uma leitura aprofundada da Declaração conciliar *Dignitatis humanae* sobre a liberdade

religiosa pode ajudar a esclarecer tais problemas, e também, a dissipar os temores que se procura despertar, talvez a fim de tirar à Igreja coragem e impulso para empreender a sua missão evangelizadora. E tal missão pertence à essência da Igreja”[8].

2. NECESSIDADE DE UM ESCLARECIMENTO

Em alguns documentos eclesiásticos posteriores ao Concílio Vaticano II, quando se emprega a palavra proselitismo em sentido negativo, esclarece-se o sentido que o termo não contém em si mesmo. Por exemplo, no Diretório ecumênico de 1967, exortam-se os Bispos a enfrentar o perigo do proselitismo em relação à atividade das seitas, mas esclarece-se imediatamente que “com o vocábulo proselitismo, entende-se aqui uma maneira de atuar que não está de acordo com o espírito evangélico, porquanto utiliza

argumentos desonestos para atrair os homens à sua Comunidade, abusando, por exemplo, da sua ignorância ou pobreza, etc. (cf. Decl. Dignitatis Humanae, 4)”[9]. A necessidade de distinguir entre um proselitismo positivo e um proselitismo negativo, também se tornou necessário no campo ecumênico, por exemplo na Terceira relação oficial (1971) do Grupo Misto Igreja Católica-Conselho Ecumênico das Igrejas, onde se constata que, em alguns contextos linguísticos, o termo proselitismo “adquiriu um sentido pejorativo”, concluindo-se que, se se quer indicar esse sentido negativo “em outras línguas ou contextos em que o termo conserva o sentido mais antigo de zelo pela difusão da fé, torna-se necessário especificar sempre proselitismo num sentido pejorativo ou utilizar alguma expressão que denote atitudes e condutas criticáveis”[10]. Evidentemente, este documento não

possui o mesmo valor que um texto do Magistério, mas é sem dúvida mais um testemunho do fato de que o sentido negativo ou pejorativo não é intrínseco ao termo proselitismo.

Anos mais tarde, na Carta *Mentre si intensificano*, de 1991, João Paulo II se referia à "recusa de qualquer forma indevida de proselitismo, evitando de maneira absoluta na ação pastoral qualquer tentação de violência e qualquer forma de pressão"[11]. É evidente, pelo contexto, que se há formas indevidas de proselitismo, também existem outras não indevidas.

Em outros documentos eclesiásticos, foi sendo introduzido o uso do termo proselitismo em sentido negativo, especialmente em referência ao "proselitismo das seitas". Algumas vezes, também se utiliza o termo para indicar, sem qualquer nuance, uma atividade injusta. Assim, por

exemplo, num documento da Comissão Pontifícia pró Rússia, de 1992, diz-se: “O que se chama proselitismo – ou seja qualquer pressão sobre a consciência – por quem quer que seja praticado ou sob qualquer forma, é completamente diferente do apostolado e não é, de modo algum, o método em que se inspiram os pastores da Igreja”[12]. No novo Diretório ecumênico de 1993, desapareceu a nuance presente no Diretório anterior, onde se esclarecia o sentido em que se falava de proselitismo[13]. A partir de então, tem sido frequente utilizar esta palavra para designar *tout court* comportamentos com a intenção de forçar, pressionar ou, em geral, tratar de forma abusiva a consciência das pessoas.

No entanto, no âmbito ecumênico nunca se chegou a prescindir da distinção entre proselitismo bom e mau. Por exemplo, num documento

de 1995 do Grupo misto Igreja Católica e Conselho Ecumênico das Igrejas, esclarece-se que, embora o termo proselitismo “tenha adquirido recentemente uma conotação negativa, quando se aplicava à atividade de alguns cristãos empenhados em captar seguidores entre os membros de outras comunidades cristãs”, historicamente este termo “tem sido empregado em sentido positivo, como conceito equivalente à de atividade missionária”[14], e explica-se que “na Bíblia este termo não tem nenhuma conotação negativa. Um prosélito era quem acreditava no Senhor e aceitava a sua lei e, deste modo, se convertia em membro da comunidade judaica. A cristandade assumiu este significado para descrever a quem se convertia do paganismo. Até há pouco tempo, a atividade missionária e o proselitismo consideravam-se conceitos equivalentes”[15].

De qualquer modo, parece necessária uma clarificação, visto que o assunto não é meramente linguístico, mas compreende importantes conotações doutrinais.

3. O USO DO TERMO PROSELITISMO

3.1. O proselitismo na Sagrada Escritura

Como se recordava no texto citado, o termo *proselytos* passou do judaísmo à tradição cristã; trata-se da tradução grega do hebraico *ger*, frequente na Versão dos LXX (77 vezes), que designava principalmente o estrangeiro que, vivendo com estabilidade na comunidade hebraica, tinha os mesmos direitos e deveres dos hebreus[16] e participava, também, do culto religioso da comunidade.

Parece que a realidade dos prosélitos, enquanto categoria institucionalizada, provinha da

diáspora, na época do helenismo, e constava de um período de preparação que culminava na Páscoa, antes da qual o prosélito recebia a circuncisão[17].

O termo *prosélytos* aparece só quatro vezes no Novo Testamento: uma em São Mateus (23, 15) e três nos Atos dos Apóstolos (2, 11; 6, 5; 13, 43). O texto do Evangelho é o que exprime mais claramente o alcance do termo. Os escribas e fariseus preocupavam-se em encontrar pessoas que estivessem em condições de compreender e viver a fé no único Deus. Em boa parte foi a atividade proselitista que fez com que o judaísmo conseguisse sobreviver depois da destruição do Templo e da dispersão do povo. A maior parte dos exegetas concorda – o que por outro lado parece ser bastante óbvio – em que a censura que Jesus faz aos escribas e fariseus não se refere ao fato de procurar prosélitos, mas ao

modo de o fazer e, sobretudo, a que depois faziam o discípulo “filho do inferno”, duas vezes pior do que o mestre que o atraiu ao judaísmo[18]. Já na época do protestantismo liberal apareceu a tendência para interpretar Mt 23,15 como se Jesus tivesse condenado o proselitismo, enquanto tal, pois a sua atividade se dirigia exclusivamente a Israel, evitando expressamente a missão entre os pagãos[19]. É certo que, pelo menos em duas ocasiões, o Senhor afirmou que só havia sido enviado a Israel (cfr. Mt 10,6; 15,24), mas não bastam essas referências para tirar conclusões gerais e absolutas: seria supérfluo determo-nos aqui demonstrando a universalidade da missão redentora de Jesus Cristo, que é particularmente explícita em São Mateus (cfr. Mt 12,41 s; 25,31 s; 28,18-20). Pode-se certamente assegurar que o Senhor não só não valorizou negativamente o proselitismo hebraico em si mesmo,

mas que a universalidade da sua missão se situou na continuidade com o espírito proselitista judaico; continuidade, no âmbito da peculiar continuidade-descontinuidade, entre o Antigo e o Novo Testamento.

O primeiro texto dos Atos dos Apóstolos em que aparece o termo *prosélytos* se refere aos diversos grupos de judeus que se haviam congregado em Jerusalém a propósito da festa de Pentecostes. A expressão judeus ou prosélitos (At 2,11) não menciona lugares de proveniência, mas é uma indicação de natureza religiosa, constituindo como que um resumo do enunciado dos diversos povos feito anteriormente[20]. Em At 6,5, lemos que um dos primeiros sete diáconos é Nicolau, prosélito de Antioquia. O sentido positivo de ser prosélito é evidente: os sete foram eleitos devido à sua boa fama, por estarem cheios do Espírito Santo e pela sua

sabedoria (cfr. At 6,3). Em At 13,42-43, recolhe-se o final do discurso de São Paulo na sinagoga de Antioquia da Pisídia. O efeito que as suas palavras produzem nos ouvintes faz com que estes peçam depois a Paulo e a Barnabé que continuem a explicar a sua mensagem no sábado seguinte. Como consequência, aderiram à sua doutrina muitos judeus e prosélitos devotos, que eram exortados a perseverar na graça de Deus. Também aqui é evidente o significado positivo de prosélito, que além disso é sublinhado pelo adjetivo "piedosos" (*sebomenon prosélytos*).

Os Atos dos Apóstolos descrevem a atividade missionária da primitiva comunidade cristã seguindo as pegadas do judaísmo. Tal como os hebreus tentavam atrair os pagãos, bem preparados, para integrar a religião hebraica, assim também os primeiros cristãos se sentiam

impelidos a comunicar a mensagem salvífica de Cristo, a fim de ganhar almas para o Senhor (cfr. 1 Cor 9,19-23; Fl 3,8). No princípio, a sua atividade era dirigida aos judeus, mas “os que se haviam dispersado por causa da perseguição que se seguira à morte de Estevão chegaram à Fenícia, à ilha de Chipre e à cidade de Antioquia, mas não anunciavam a Palavra a ninguém que não fosse judeu. Contudo, alguns deles, habitantes de Chipre e da cidade de Cirene, chegaram a Antioquia e começaram a pregar também aos gregos, anunciando-lhes a Boa-Nova do Senhor Jesus. E a mão do Senhor estava com eles. Muitas pessoas acreditaram na Boa-Nova e se converteram ao Senhor.” (At 11, 19-21). A missão da Igreja *ad gentes* nasceu, com efeito, como a continuidade cristã – no sentido anteriormente mencionado – do proselitismo hebraico.

3.2. O proselitismo na época patrística

Na Patrística, o termo proselitismo aparece em São Justino, no seu Diálogo com Trifão[21], a propósito de Is 49,6: Vou fazer de Ti luz das nações. Os hebreus, convencidos da fé no verdadeiro Deus, sentiam-se estimulados a procurar prosélitos, mas São Justino comenta, sem negar a atividade dos hebreus, que o texto de Isaías se refere principalmente, em sentido profético, a Cristo e aos cristãos. Mais explicitamente, escreve em outra passagem do Diálogo com Trifão: "resta-vos pouco tempo para vos tornardes nossos prosélitos (*prosélyseos krónos*): se Cristo vos precede com a sua vinda, em vão vos arrependereis"[22]. Migne traduziu assim para o latim: "breve enim hoc vobis relinquitur *ad nos accedendi tempus*. Si Christus venire occupaverit, frustra vos poenitebit". Nesta linha, as traduções

em línguas vulgares usam expressões como “juntai-vos a nós” (aderirvi a noi, etc.), em vez da expressão mais literal que seria “fazei-vos nossos prosélitos” (farvi proseliti nostri, etc.).

Flávio Josefo, em seu *Contra Apionem*, também se refere aos êxitos proselitistas dos hebreus[23]. O proselitismo, como atitude e como atividade, considerava-se eminentemente positivo e meritório, visto que se proporcionava aos gentios a possibilidade de serem objeto de eleição divina e de formarem parte do povo escolhido. Assim, por exemplo, no Midrash Rabbah encontram-se afirmações deste tipo: “quem se aproximar de um pagão e o converter deve ser considerado como se o tivesse criado”[24]; “quando chega um estrangeiro e se faz prosélito, dá-lhe a mão para que seja acolhido sob as asas da shekinah”[25]. Em outros

autores como Eusébio de Cesareia, Epifânio de Salamina, Procópio e Teodoreto, o verbo *prosélyteio* costuma ter o significado de “ser estrangeiro”; São João Crisóstomo também o emprega com este sentido[26].

Naturalmente, há muitos comentários patrísticos a Mt 23,25 nos quais se fazem interpretações sobretudo acerca do motivo por que o prosélito se fazia pior do que o seu mestre[27]. Neste contexto, Santo Agostinho considera que fazer prosélitos é como gerar filhos[28]. De qualquer modo, pode-se dizer que, nos primeiros séculos, o uso do termo prosélito para designar os convertidos ao cristianismo e o do seu derivado (proselitismo) não tinha qualquer conotação negativa.

3.3. O reaparecimento do termo e o seu significado nas línguas modernas

O mesmo se pode dizer dos séculos seguintes. As conversões ao cristianismo passam a ser numerosíssimas e a questão que se coloca à Igreja, numa Europa que se torna cristã, não é tanto procurar prosélitos, mas a organização do catecumenato, o ensino da fé aos que solicitam o Batismo. Parece que foi pouco tempo depois da Reforma protestante, que reapareceu na linguagem cristã o uso da palavra proselitismo. Segundo David Bosch, foram os jesuítas os primeiros a utilizá-la com o significado de estender a fé cristã entre os não católicos, incluindo os protestantes[29]. Contudo, segundo *o Oxford English Dictionary*, o termo teria reaparecido em 1660 numa obra de H. Hammon[30]. No âmbito italiano, encontram-se referências muito numerosas ao proselitismo a partir de 1774[31]. Na França parece que foi Montesquieu, em 1715, o primeiro a usar esta palavra[32], a

qual não se encontra na *Encyclopédie de Diderot e d'Alambert*.

No que se refere ao significado atual, nas diversas línguas ocidentais, praticamente todos os dicionários e enciclopédias com maior prestígio coincidem em definir o proselitismo simplesmente como a atividade ou atitude destinada a fazer prosélitos[33]. É evidente que se trata de uma realidade presente em múltiplos âmbitos (religioso, político, esportivo, econômico, etc.) e, em princípio, plenamente legítima, embora como em qualquer outra atividade possa haver desvios do nível moral[34]. Em alguns casos, insinua-se um sentido pejorativo do termo, como no alemão Duden-Rechtschreibung (de 1986), onde *Proselyt* se julga, originariamente, como convertido ao judaísmo e atualmente como o “novo convertido”, e acrescenta que o termo derivado *Proselytenmacherei*

(proselitismo), implica uma ideia negativa. Por outro lado, em diversos dicionários e enciclopédias, em outras línguas, encontram-se sobretudo explicações do termo em sentido só positivo, especialmente em escritos de inspiração cristã. Assim, por exemplo, no *Lessico Universale Italiano*, afirma-se que "a atividade missionária é uma forma organizada de proselitismo"[35]; e, em castelhano, na *Gran Enciclopedia Rialp*, onde o termo proselitismo é entendido no sentido literal de "zelo para conseguir prosélitos", explica-se que, em sentido mais alargado, entende-se por proselitismo "a ação apostólica destinada a difundir a fé católica para que todos os homens consigam conhecer Cristo"[36].

Na Internet, podem encontrar-se fontes de todo o tipo sobre este tema; mas é significativo que, em uma das mais consultadas em todo o mundo – por pertencer à Microsoft e estar

disponível em muitas línguas –, o termo proselitismo é mencionado em vários artigos e nunca em sentido negativo. Por exemplo, no artigo sobre “Liberdade de culto”, diz-se que todos os cidadãos “podem professar livremente o próprio credo fazendo, eventualmente, também trabalho de proselitismo”[37] e, no artigo “Propaganda”, afirma-se que este conceito está “inicialmente ligado à atividade proselitista da Igreja Católica”[38]. Neste horizonte de liberdade encontram-se também algumas posições de autores atuais, como a de um político francês que chega a afirmar que “o proselitismo, contanto que seja moderado, é reconhecido como uma componente intrínseca da liberdade religiosa”[39].

De todos estes dados, pode-se concluir que, embora em algumas línguas, como o alemão, prevaleça atualmente um sentido negativo do

termo *proselitismo,* que se afasta da sua raiz bíblica, em muitas outras línguas e contextos culturais, expressa uma atividade, em si mesma, positiva. Lê-se num Dicionário teológico, com poucos anos: “Segundo a Sagrada Escritura, o prosélito é o não judeu que se faz judeu, aceitando a fé judaica. É o temente a Deus que conhece a lei e a observa. Analogicamente, o cristianismo assumiu o termo de modo que fazer proselitismo, difundir a fé cristã (cristianizar, evangelizar), consideravam-se, até há bem pouco tempo, a mesma coisa”[40]. O referido Dicionário acrescenta que, juntamente com o significado positivo e habitual, o termo proselitismo começou a ter recentemente também sentido negativo devido às atividades das seitas de origem protestante[41].

Antes do aparecimento deste fenômeno, de teor negativo do termo

proselitismo, em alguns ambientes, os autores católicos, especialmente no contexto da vida espiritual, sempre usaram pacificamente a palavra proselitismo para se referir à atividade apostólica ou de evangelização: “o termo põe em relevo a dimensão pessoal da missão apostólica, ou seja, a necessidade de a realizar pessoa a pessoa com aqueles que se encontram ao seu lado”[42]. O cristão realiza esta missão especialmente nas suas relações de amizade, na sua vida familiar, profissional e social. Além de designar a atividade destinada a aproximar outros da Igreja ou ajudá-los a viver com coerência a fé católica, o termo proselitismo utilizou-se também com frequência no contexto da promoção de vocações específicas dentro da Igreja (para o sacerdócio, etc.). Este uso também está claramente inspirado no sentido bíblico de *prosélytos*.

Encontramos um exemplo atual importante em Caminho, livro de São Josemaria Escrivá, obra de espiritualidade de extraordinária difusão (até agora, mais de quatro milhões e meio de exemplares em 44 idiomas), onde há um capítulo cujo título é precisamente Proselitismo, em que se emprega o termo no seu sentido original, exclusivamente positivo. Só em edições de algumas línguas, poucas, onde há a tendência para valorizar negativamente o termo (concretamente em alemão e inglês) fez-se a tradução não literal, mas com expressões mais ou menos análogas ("Menschen gewinnen", "Winning new apostles"). No entanto, numa edição recente bilíngue, castelhano/inglês[43], o tradutor considerou mais adequado traduzir proselitismo por *proselytism*, explicando, em nota, o significado positivo que essa palavra tem.

3.4. Conclusão terminológica

O uso da palavra proselitismo, num sentido exclusivamente negativo, não é generalizado, nem sequer é um simples efeito de uma evolução da linguagem na maior parte dos casos. Frequentemente, a utilização que se faz desta palavra hoje, como se só tivesse um significado negativo, não se deve a que se entenda de fato por tal palavra – contra o seu significado original – uma atitude imoral (violenta, enganadora, etc.), mas considera-se também negativo o verdadeiro sentido positivo do proselitismo. Quer dizer, o problema de fundo é que, com a tendência que pretende impor-se em alguns ambientes, de usar a palavra proselitismo como algo negativo, pretende-se afirmar uma atitude relativista e subjetivista, sobretudo no plano religioso, perante a qual não faria sentido que uma pessoa pretendesse possuir a verdade e procurasse convencer outras para que a recebam com agrado e se

incorporem à Igreja. O menosprezo – patente em alguns meios – da palavra proselitismo, sobretudo quando se refere ao apostolado cristão, tem muito a ver com essa "ditadura do relativismo que nada reconhece como definitivo e que deixa como última medida somente o próprio eu e as suas vontades"[44].

Por isso, é necessário reafirmar que a ação de convidar e favorecer que outras pessoas – não cristãs ou, em outro nível, cristãs não católicas – se incorporem à plena comunhão na Igreja Católica, respeitando a verdade, a intimidade e a liberdade de todos, é parte integrante da evangelização.

Por outro lado, também se pretende usar a palavra proselitismo com sentido exclusivamente negativo para designar a ação apostólica de promoção de determinadas vocações dentro da Igreja, que envolvem um

compromisso sério (o sacerdócio e outros diversos modos organizados de procurar a plenitude da vida cristã). Neste caso, as motivações são variadas mas não de todo alheias ao próprio relativismo e subjetivismo.

Como é óbvio, a evangelização, tal como outra qualquer atividade humana, pode ser realizada com intenção ou métodos imorais (e de fato é assim em algumas seitas não católicas e não cristãs). Contudo, seria uma grande falsidade histórica afirmar que isto tenha sido frequente na Igreja. O verdadeiro espírito cristão esteve sempre impregnado de caridade, como está explícito nas palavras de São Josemaria Escrivá: "Não compreendo a violência: não me parece apta para convencer nem para vencer. O erro supera-se com a oração, com a graça de Deus, com o estudo; nunca com a força, sempre com a caridade"[45]. Por outro lado, a possibilidade – e em algumas seitas

é a realidade – de um proselitismo moralmente incorreto não justifica que se atribua sentido negativo ao vocábulo. Mais ainda, a coerência deveria induzir a usar-se a palavra proselitismo sem qualquer adjetivo, para designar o seu sentido positivo original e ao mesmo tempo qualificá-la, de algum modo, quando se tratasse de uma atividade reprovável (por exemplo: proselitismo negativo, proselitismo sectário, proselitismo violento, etc.) a menos que o contexto o torne claramente desnecessário.

Não existem motivos suficientes (nem linguísticos, nem históricos, nem, muito menos, teológicos) para atribuir ao termo proselitismo, um sentido negativo. E, sobretudo, nada poderia justificar a pretensão de que a Igreja renunciasse à catolicidade da sua missão reconciliadora do mundo com Deus, quer dizer, a estender-se

ela mesma mais e mais, para a glória de Deus e salvação de todas as almas.

4. PROSELITISMO E ECUMENISMO

A pretendida desqualificação da palavra proselitismo tem especial relevância relativamente à atividade da Igreja Católica nos territórios de maioria ortodoxa. Neste contexto, torna-se mais patente que não estamos perante uma simples questão terminológica ou de evolução da linguagem. Com efeito, não se trata de que se use o termo proselitismo só para o que se deveria especificar como proselitismo abusivo, mas que se considera também reprovável o proselitismo em que se procura, respeitando plenamente a intimidade e a liberdade das pessoas, a incorporação de cristãos ortodoxos na Igreja Católica.

As motivações de semelhante desqualificação são variadas; do

ponto de vista propriamente eclesiológico, o motivo que pode parecer mais importante é que os cristãos ortodoxos já estão incorporados numa verdadeira Igreja, como a própria Igreja Católica reconhece ao afirmar na Declaração *Declaração Dominus Iesus*, que as comunidades cristãs que, embora separadas de Roma, conservaram validamente a Eucaristia e o Episcopado, são "verdadeiras Igrejas particulares"[46]. Mas esta afirmação deve ser entendida no seu contexto e significado autênticos.

4.1. Igreja Católica e Igrejas não católicas

Antes de mais nada, é necessário confessar que Jesus Cristo fundou uma só Igreja, sobre Pedro e com a garantia de infalibilidade perante as perseguições, divisões e obstáculos de todo o tipo que haveria de encontrar ao longo da história (cf. Mt

16,18). Assim foi e assim será sempre: existe uma só Igreja de Cristo que no Símbolo confessamos como una, santa, católica e apostólica[47].

Por outro lado, com o Concílio Vaticano II, na Constituição *Lumen Gentium*, nº 8, devemos sustentar que "esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como sociedade, subsiste (subsistit in) na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em união com ele, que se encontra, embora (licet) fora da sua estrutura, se encontrem muitos elementos de santificação e de verdade, os quais, por serem dons pertencentes à Igreja de Cristo, impelem para a unidade católica".

Como se sabe, no esquema que depois deu lugar a este texto definitivo, dizia-se que a Igreja de Cristo é (est) a Igreja Católica[48]. Por esse motivo, a célebre expressão

subsistit in foi depois objeto de diversas e contraditórias interpretações, sobre as quais não é necessário nos determos aqui. Na realidade, “a palavra ‘subsiste’ não tem outro significado senão o de que ‘continua a existir’. Portanto, se a Igreja de Cristo ‘continua a existir’ (subsistit in) na Igreja Católica, a continuidade da existência compreende uma substancial identidade de essência”[49]. Este significado coincide com a linguagem comum da cultura ocidental e é conciliável com o significado filosófico clássico: subsiste aquilo que é em si e não em outro[50]. E por isso, “o Concílio quer dizer-nos que a Igreja de Jesus Cristo como sujeito concreto neste mundo pode encontrar-se na Igreja Católica. Isto só pode acontecer uma vez, e a concepção segundo a qual o subsistit se haveria de multiplicar não apreende precisamente o que se queria dizer. Com a palavra subsistit

o Concílio queria expressar a singularidade e a não multiplicidade da Igreja Católica”[51]. Por isso, “contradiz o significado autêntico do texto conciliar a interpretação que da fórmula *subsistit in* deduzem a tese, segundo a qual, a única Igreja de Cristo poderia também subsistir em Igrejas e Comunidades eclesiais não católicas”[52].

É necessário observar que a *Lumen Gentium* (n. 8), ao afirmar a subsistência da Igreja de Cristo na Igreja Católica governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele (no sentido de só nela), refere-se explicitamente à Igreja enquanto estabelecida e organizada como sociedade neste mundo; e, imediatamente depois, afirma que fora da sua estrutura se encontram muitos elementos de santificação e de verdade. Isto remete-nos a considerar a Igreja não só na sua dimensão social, mas

também na sua dimensão mistérico-sacramentral, como Corpo Místico de Cristo[53].

O Concílio Vaticano II, seguindo um uso tradicional, dá o nome de Igrejas às comunidades cristãs não católicas que conservaram, validamente, a Eucaristia e o Episcopado. Durante a elaboração do Decreto *Unitatis Redintegratio*, um dos relatores da respetiva Comissão conciliar explicou que não se pretendia entrar na questão debatida de quais são as condições para que uma comunidade seja Igreja em sentido teológico[54]. Mas isto não significa que esse título, atribuído a essas comunidades não católicas, fosse simplesmente honorífico ou sociológico, já que o próprio Decreto afirma que "pela celebração da Eucaristia do Senhor, em cada uma dessas Igrejas, a Igreja de Deus é edificada e cresce"[55]; expressão que deve interpretar-se à luz do nº 8 da *Lumen Gentium*, ou

seja, no sentido de que nestas Igrejas existem muitos elementos de santificação e de verdade próprios da única Igreja de Cristo (a Igreja Católica).

Os posteriores desenvolvimentos teológicos e do magistério sobre este tema, conduziram à atribuição a estas comunidades, não católicas, que conservaram validamente a Eucaristia e o Episcopado o título, certamente de natureza teológica, de Igrejas particulares[56]. Do ponto de vista do Magistério, os momentos mais relevantes sobre o tema foram dois documentos da Congregação para a Doutrina da Fé: a Carta *Carta Communionis Notio, de 1992*, de 1992, a qual afirma que estas comunidades "merecem o título de Igrejas particulares"[57]; e a Declaração *Declaração Dominus Iesus*, já citada, na sua afirmação de que são "verdadeiras Igrejas particulares"[58].

Compreende-se facilmente que onde Cristo se faz presente no sacrifício eucarístico do seu Corpo e do seu Sangue, ali está presente a Igreja, Corpo de Cristo mediante o qual o mesmo Senhor realiza a salvação na história. No entanto, nem toda a forma de presença da Igreja constitui uma Igreja particular, mas somente a presença com todos os seus elementos essenciais; por isso, para que uma comunidade seja verdadeiramente Igreja particular, "nela deve encontrar-se presente, como elemento próprio, a suprema autoridade da Igreja: o Colégio episcopal 'juntamente com o Romano Pontífice, sua cabeça, e nunca sem a cabeça' (*Lumen Gentium*, n. 22)"[59]. Isto poderia parecer um obstáculo insuperável para entender como é que as Igrejas não católicas são "verdadeiras Igrejas particulares". Uma possível via de reflexão pode ser considerar a presença real do Primado petrino (e do Colégio

episcopal) nas Igrejas não católicas, em virtude da unidade do Episcopado “uno e indiviso”[60]: uma unidade que não pode existir sem a comunhão com o Bispo de Roma. Ali onde, em virtude da sucessão apostólica exista validamente Episcopado, aí estará presente, como autoridade suprema (ainda que não seja de fato reconhecida), o Colégio episcopal com a sua Cabeça. Além disso, em qualquer celebração válida da Eucaristia há uma referência objetiva à comunhão universal com o Sucessor de Pedro e com a Igreja inteira[61], independentemente das convicções subjetivas. No entanto, é necessário não perder de vista que a ausência da plena comunhão com o Papa ocasiona uma ferida na própria eclesialidade dessas mesmas Igrejas[62]; ferida não só de natureza disciplinar ou canônica, mas também relativa à, não plena, profissão da fé católica. Por isso, a uma Igreja particular não católica, não lhe falta

só a manifestação visível da plena comunhão para ser plenamente Igreja[63].

Voltando novamente ao dado fundamental da unicidade da Igreja de Cristo, é preciso afirmar que as Igrejas particulares não católicas são verdadeiras Igrejas pelo que têm de católicas e que não são plenamente Igrejas pelo que têm de não católicas. Com efeito, a sua eclesialidade está radicada no fato de que a "única Igreja de Cristo tem nelas uma presença operante"[64]. Em outras palavras, reconhecer o caráter de Igrejas a estas comunidades cristãs leva necessariamente a afirmar que também estas Igrejas não católicas são – em aparente paradoxo – porções da única Igreja, ou seja, da Igreja Católica; porções em situação teológica e canônica anômala. Ainda em outros termos, podemos dizer que se trata de uma "eclesialidade participada, segundo uma presença

limitada e imperfeita da Igreja de Cristo”[65].

4.2. Ecumenismo e proselitismo: conclusão

A Igreja deve evangelizar em primeiro lugar os seus próprios membros, levando a cada um a doutrina íntegra do Evangelho e a plenitude dos meios de salvação. Membros da Igreja são também, no sentido exposto antes, os fiéis das igrejas ortodoxas. Relativamente a estes, a Igreja deve empenhar-se em edificar a unidade de fé e de comunhão; unidade que é fruto da evangelização e, ao mesmo tempo, a sua semente, segundo a oração de Jesus: para “que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim, e eu em ti. Que eles estejam em nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21).

Daí que a Igreja não queira, nem possa, renunciar ao empenho

ecumênico; empenho que se expressa em múltiplas atividades institucionais, mas que não se reduz a estas, pois também é responsabilidade pessoal de todos os cristãos[66]. Concretamente, quando um fiel católico está em contato com um cristão não católico, o proselitismo consiste em procurar, como expressão de sincera amizade, a ajudá-lo no seu possível caminho para a Igreja Católica – respeitando plenamente a sua intimidade e a sua liberdade –, isso não só não é reprovável, como é uma manifestação de caridade autêntica. Na sua realidade teológica profunda, quem dá esse passo não "muda de uma Igreja para outra", mas incorpora-se plenamente à Igreja a que estava unido imperfeitamente: a Igreja de Cristo una, santa, católica e apostólica. Em outras palavras, é ajudar uma pessoa, segundo o clássico adágio da filosofia grega, a

que chegue a ser o que na realidade já era[67].

Em todos os aspectos do ecumenismo, institucionais e pessoais, os obstáculos são grandes. É muito necessária “aquela purificação da memória, tantas vezes recordada por João Paulo II, a única que pode predispor os ânimos ao acolhimento da plena verdade de Cristo”[68].

Sobretudo, sempre permanece aberto o espaço para a oração, para a ação de graças, para o diálogo e para a esperança na ação do Espírito Santo[69].

Artigo de Mons. Fernando Ocáriz, professor da Faculdade de Teologia da Universidade Pontifícia da Santa Cruz, publicado na revista “Scripta Theologica”.

[1] SANTO AGOSTINHO, *Sermão XCVI, 8* (PL 38, 588).

[2] Cfr. L.F. MATEO-SECO, *Estudios sobre la cristología de Gregorio de Nisa*, Eunsa, Pamplona 1978, 161-165.

[3] SÃO JOSEMARIA ESCRIVÁ, *É Cristo que passa,* n.131

[4] PAULO VI, Ex. Ap. *Evangelii nuntiandi*, 8.XII.1975, n. 17.

[5] BENTO XVI, Homilia, 15.V.2005.

[6] JOÃO PAULO II, *Enc. Redemptoris missio*, 7.XII.1990, n. 46.

[7]CONCÍLIO VATICANO II, *Decl. Dignitatis humanae*, n. 4. Cfr. JOÃO PAULO II, *Enc. Redemptoris missio*, n. 55.

[8] JOÃO PAULO II, *Cruzando o Limiar da Esperança*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1994

[9] SECRETARIADO PARA A UNIDADE DOS CRISTÃOS, *Diretório ecumênico*, 14-5-1967, n. 28, nota 15: AAS 59 (1967) 584.

[10] GRUPO MISTO IGREJA CATÓLICA E CONSELHO ECUMÉNICO DAS IGREJAS, Terceira relação oficial (1971), Apêndice II, Documento de estudo sobre testemunho e proselitismo, 8,4, nota 6: Enchiridion Oecumenicum 1, 386.

[11] JOÃO PAULO II, Carta *Mentre si intensificano, 31-05-1991*, 31-05-1991, n. 5: AAS 84 (1992) 167.

[12] COMISSÃO PONTIFÍCIA «PRO RÚSSIA», *L'Église a repi*, 1-6-1992, n. 3: EV 13,1822.

[13] Cfr. CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A UNIDADE DOS CRISTÃOS, Diretório para o ecumenismo, 25-03-1993, n. 23, nota 41: AAS 85 (1993) 1048.

[14] GRUPO MISTO IGREJA CATÓLICA E CONSELHO ECUMÉNICO DAS IGREJAS, O repto do proselitismo e a chamada ao testemunho comum, 25-09-1995, parte IV, §1, em Il Regno documenti, 21 (1998) 713.

[15] Ibid., nota 14.

[16] Cf. K.G. KUHN, *«Prosélytos»*, em Theologisches Worterbuch zum Neuen Testament, ed. ital., Brescia (1980) XI, 303.

[17] Entre as inscrições funerárias da comunidade judaica na Itália que foram encontradas, o termo prosélytos aparece oito vezes: seis referindo-se a mulheres e duas a homens. Também na comunidade de Qumrân aparece a palavra: três vezes no Documento de Damasco e uma no livro de Tobias. Entre os hebreus empregava-se também o verbo qarab, que significa literalmente «aproximar-se» e que indicava «fazer um prosélito». Assim,

o verbo chega a ser um termo técnico para indicar a aceitação dos prosélitos em Israel (cf. J. A. LOADER, «An Explanation to the Term Prolesutos», Novum Testamentum 15 [1973] 270-277). Sobretudo no judaísmo tardio, ou seja, a partir do século II depois de Cristo, encontram-se diferenças pronunciadas entre o judaísmo palestiniano e o judaísmo helenista. Entre os hebreus da diáspora, mais do que exigir aos prosélitos a circuncisão e o cumprimento dos preceitos culturais, exigia-se, em primeiro lugar, o monoteísmo e, a seguir, as normas éticas da Antiga Aliança. Pelo contrário, na Palestina a circuncisão do prosélito era absolutamente necessária.

[18] Cf. H. KUHLI, «*Prosélytos*», em H. BALZ-G. SCHNEIDER, *Dizionario esegetico del Nuovo Testamento*, Brescia 1998, 1151-1154. Há diversas hipóteses sobre os motivos que

tornavam o prosélito pior do que o seu mestre: cf. E. LERLE, *Proselytenwerbung und Urchristentum, Evangelische Verlagsanstalt*, Berlin 1960, 64-65.

[19] Por exemplo, segundo Harnack, Jesus não teria dado nunca o mandato de se dirigirem aos pagãos, isto teria sido «uma simples construção devida ao desenvolvimento do tempo posterior» (A. HARNACK, *Missione e propagazione del cristianesimo nei primi tre secoli*, Cosenza 1986, 28; orig. alemão de 1902).

[20] Cfr. G. SCHNEIDER, *Gli Atti degli Apostoli*, Brescia 1985, 352.

[21] Cfr. SÃO JUSTINO, *Dialogus cum Tryphone*, 121,4 y 122,1: PG 6, 758-759.

[22]Ibid., 28, 2: PG 6, 535.

[23] Cfr. FLAVIO JOSEFO, *Contra Apionem*, 2,10, 39: CSEL 37, 99.

[24] *Gen. Rab*., 39,14.

[25] *Lev. Rab*., 134b

[26] Cfr. São JOÃO CRISÓSTOMO, *Exp. in Psalmos*, CXIX, 2, 5: PG 55, 341.

[27] Cfr., por exemplo, os comentários recolhidos por São TOMÁS DE AQUINO, *Cathena Aurea, in Math*., 23, 5.

[28] Cf. SANTO AGOSTINHO, *Contra Faustum*, 16,29: PL 42, 336.

[29] D.J. BOSCH, *Transfimning Mission*, Orbis Books, New York 1991, 1.

[30] *OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, Oxford 1992, XII, 664.

[31] Em M. CORTELAZZO– P. ZOLLI, *Dizionario etimologico della lingua italiana*, Bologna 1979, cita-se neste

sentido um artigo *Giornale Enciclopedico* de Novembro de 1774, 24.

[32] Cfr. MONTESQUIEU, *Lettres Persanes*, LXXXV, H. Barckhausen, Paris 1913, 167.

[33] Por exemplo, cfr: em italiano, *Lessico Universale Italiano* (1977), *Grande Dizionario Enciclopedico* (1990); em castelhano, *Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española* (2001), *Enciclopédia Espasa* e *Gran Enciclopedia Rialp*; em inglês, *Webster's Unabridged Dictionary* (1972) e *The New Catholic Encyclopedia* (1992).

[34] B. MONDIN, Dizionario Storico e Teologico delle Missioni, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2001, 379-380.

[35] *Lessico Universale Italiano*, XVII, 742.

[36] J.A. GARCÍA-PRIETO, *“Proselitismo”, Gran Enciclopedia Rialp*, 19, 268.

[37] *Enciclopédia Microsoft Encarta* (2001), artigo "Liberdade de culto”

[38] Ibid., artigo "Propaganda”.

[39] N. SARKOZY, *La république, les religions, l'espérance*, Cerf, Paris 2004, 153.

[40] B. MONDIN, *Dizionario Storico e Teologico delle Missioni*, Urbaniana Universiry Press, Città del Vaticano 2001, 379-380.

[41] Neste sentido, também na Internet se podem encontrar explicações como esta sobre o proselitismo: “A tradição cristã, desde tempos antigos, utiliza este termo para designar o zelo apostólico de anunciar a fé e incorporar novos fiéis à Igreja ou a alguma das suas instituições. Nos últimos decênios

começou a difundir-se outro significado desta palavra, que costuma associar-se a situações em que para atrair alguém ao seu grupo se utiliza a violência ou a coação, ou pretende-se de algum modo forçar a consciência ou manipular a liberdade. Como é óbvio, esses modos de atuar são completamente alheios ao espírito cristão e são totalmente reprováveis. Mas o proselitismo no seu sentido clássico e despojado dessas conotações negativas é algo plenamente legítimo: se se negasse às pessoas a sua liberdade para ajudar a outras a encaminhar-se para o que se considera a verdade, cair-se-ia numa perigosa forma de intolerância" (cfr. www.interrogantes.net).

[42]E. BURKHART– J. LÓPEZ DÍAZ, *La vida cristiana en las enseñanzas de San Josemaría Escrivá de Balaguer* (pro manuscripto), Roma 2005, cap. III.

[43] A. BYRNE (ed.), J Escrivá: Camino. The way. An annoted bilingual edition, Scepter, London 2001, 273: "For the word "proselytism" and its derivatives can be misinterpreted in Spanish as in English. One can, certainly, seek to recruit followers of Christ in the wrong way and for the wrong reason. Bur there is an equally perilous opposite error, that of thinking that religion is so private a matter that we cannot and should not seek to influence people to follow our way. The author insists in this chapter that we not only have a right, but also a duty, to spread the faith. If we believe that Christ promises eternal life to his followers, we cannot but be apostles. As Saint Paul said, "Woe to me if I do not preach the gospel!" (1 Cor 9, 16). At the very least, we Christians have as much right to spread our religious ideas, as others have to spread their political, social, artistic ideas; and if we don't,

it will be a sign that our religion do es not mean much to us». Cf., também, P. RODRÍGUEZ, J Escrivá de Balaguer: Camino. Edición crítico-histórica, Rialp, Madrid 2002, 864-865.

[44] J. RATZINGER, *Homilia na Missa de inauguração do Conclave*, 18.04.2005.

[45] SÃO JOSEMARIA ESCRIVÁ, *Questões Atuais do Cristianismo*, n. 44.

[46] CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, *Decl. Dominus Iesus, 6-08-2000*, 6-08-2000, n. 17.

[47] Cfr. CONCÍLIO VATICANO II, *Const. Lumen Gentium*, n. 8; Decr. *Unitatis Redintegratio*, n. 4; JOÃO PAULO II, Enc. *Ut Unum Sint*, 25-5-1995, n. 11; CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. *Mysterium Ecclesiae*, 24-06-1973, n. 1.

[48] Cf. F. GIL HELLÍN, *Concilii Vaticani II Synopsis. Constitutio Dogmatica De Ecclesia «Lumen Gentium»,* Città del Vaticano 1995, 64 y 697.

[49] U. BETTI, *«Chiesa di Cristo e Chiesa Cattolica»,* Antonianum 61 (1986) 743.

[50] Cf. P. RODRÍGUEZ-J.R. VILLAR, *«Las "Iglesias y Comunidades eclesiales" separadas de la Sede Apostólica Romana»*, Diálogo Ecuménico 39 (2004) 606.

[51] J. RATZINGER, *«L'ecclesiologia della Costituzione "Lumen gentium"»*, en R. FISICHELLA (dir.), *Il Concilio Vaticano II. Recezione e attualità alla luce del Giubileo,* Cinisello B. 2000, 79.

[52] CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. *Decl. Dominus Iesus,* 16-08-2000, nota 56.

[53] Cfr. J. RATZINGER, *Il nuovo Popolo di Dio*, Brescia 1971, 253-259.

[54] Cfr. *Acta Synodalia*, III/IV, 14, 1.

[55] CONCÍLIO VATICANO II, Decr. *Unitatis Redintegratio*, n, 15.

[56] Já nas intervenções de alguns Padres conciliares, durante a elaboração do Decreto *Unitatis Redintegratio*, se lhes havia dado esse nome: cfr., por exemplo, *Acta Synodalia*, II/V, 567, 3.

[57] CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Carta *Communionis Notio*, 28-05-1992, n. 17.

[58] Ibid., Decl. *Decl. Dominus Iesus*, n. 17.

[59] Ibid., Carta *Communionis Notio*, n. 13

[60] Cfr. CONCÍLIO VATICANO I, Const. *Pastor Aeternus*, proémio;

CONCÍLIO VATICANO II, Const. Lumen Gentium, n. 18.

[61] Cfr. CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Carta *Communionis Notio* n. 14.

[62] Cfr. Ibid., n. 17.

[63] Cf. J. RATZINGER, *Chiesa, ecumenismo e política*, Cinisello B. 1987, 75-76.

[64] JOÃO PAULO II, Enc. *Ut unum sint*, n. 11.

[65] P. RODRÍGUEZ – J.R. VILLAR, «*Las Iglesias y Comunidades eclesiales*»..., cit., 608.

[66] CONCÍLIO VATICANO II, Decr. *Unitatis Redintegratio*, n. 5.

[67] Fórmula que João Paulo II aplica à família, em JOÃO PAULO II, Ex. Ap. *Familiaris consortio*, 22-11-1981, n. 17.

[68] BENTO XVI, *Homilia*, 20-04-2005, n. 5.

[69] Cf. JOÃO PAULO II, Enc. *Ut unum sint*, n. 102.

pdf | Documento gerado automaticamente de https://opusdei.org/pt-br/article/evangelizacao-proselitismo-e-ecumenismo/ (05/12/2025)